

Memória e letramento racial no Ensino Médio: táticas para aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas

Ronald Lopes* e Lígia Emmanuela Costa Alves**

Resumo

Este texto aborda a relação entre memória, letramento racial e as práticas pedagógicas estabelecidas a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08 que obrigam o ensino de história e da cultura afro-brasileiras e indígenas nas redes escolares. Tanto a leitura quanto a escrita passaram por sensibilidades que carregaram apagamentos de corpos negros. A metodologia empregada foi uma revisão de literatura, seguida de um relato de experiência. No texto, fornecemos modelos de práticas pedagógicas que combatem o epistemicídio através de narrativas descolonizadas. A memória é fundamental para a construção da identidade e para a compreensão do mundo ao nosso redor. Concluímos que, no contexto educacional, reconhecer a importância da memória coletiva sobre o indivíduo é fundamental na produção dos saberes antirracistas.

Palavras-chave: letramento racial; memória; narrativas.

Memory and racial literacy in High School: tactics for the applicability of laws 10.639/03 and 11.645/08 in schools

Abstract

This text addresses the relationship between memory, racial literature and educational practices established from Laws 10.639/03 and 11.645/08 that includes the history and culture of Afro-Brazilian and indigenous peoples of the country. So much reading when it was written that it passed on to the sensitivities that carried erasure of black bodies. A methodology based on a review of literature, guided by a relationship of experience. No text, we provide models of pedagogical practices that combat epistemicide through decolonized narratives. A memory is fundamental for the construction of identity and for the understanding of the world of our soul. We conclude that, in no educational context, we recognize the importance of collective and individual memory as fundamental in the production of anti-racist sabers.

Keywords: racial literacy; memory; narratives.

Memoria y algarización em la Escuela Secundaria: tácticas para la aplicabilidad de las leyes 10.639/03 y 11.645/08 en las escuelas

Resumen

Este texto aborda la relación entre memoria, alfabetización racial y las prácticas pedagógicas establecidas por las leyes 10.639/03 y 11.645/08 que exigen la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña e indígena en los

* Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorando em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista Psicanálise, Educação e Cultura. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e Sexualidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEGESEX/UFRRJ), do Grupo ÁFRICAS: Sociedade, Política e Cultura do Grupo de Pesquisa Interinstitucional (UERJ-UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5302-5215>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4038397101084710>. E-mail: ronald.lopes80@gmail.com.

** Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Secretária Executiva do Instituto Valdenia Menegon; Integrante do Grupo de Pesquisa Audre Lorde da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3676-0349>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0350408617893152>. E-mail: ligiaemmanuelacostaalves@gmail.com.

sistemas escolares. Tanto la lectura como la escritura atravesaron sensibilidades que conllevaron la borratura de los cuerpos negros. La metodología utilizada fue una revisión de la literatura, seguida de un relato de experiencia. En el texto, proporcionamos modelos de prácticas pedagógicas que combaten el epistemicidio a través de narrativas descolonizadas. La memoria es fundamental para construir la identidad y comprender el mundo que nos rodea. Concluimos que, en el contexto educativo, reconocer la importancia de la memoria colectiva sobre el individuo es fundamental en la producción de conocimiento antirracista.

Palabras clave: alfabetización racial; memoria; narrativas.

INTRODUÇÃO

A professora e ativista, Valdenia Menegon, discute que o trato pedagógico da diversidade, sobretudo, a racial, é um direito da sociedade e um dever das instituições da educação que visa contribuir para a formação cidadã num país democrático¹. Além da aplicação das Leis 10.639 de 2003 e a 11.645 de 2008, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, é fundamental valorizar a presença e a cultura não branca no corpo docente e discente. As práticas pedagógicas também não escapam às aplicações, em destaque, os parâmetros curriculares de forma transversal, e na estética de quem gesta a escola. Vale lembrar que as duas leis formaram um marco na educação brasileira e representa os esforços do Movimento Negro na prática de política educacional e sua representatividade.

Em 9 de janeiro de 2023, a lei 10.639/03 fez 20 (vinte) anos e, ainda assim, o mesmo questionamento é feito: Por onde começar? Hoje, os materiais didáticos da rede pública avançaram na metodologia e organização sobre didática que trabalham com o tema da história afro-brasileira e cultura dos povos originários. Entretanto, pensamos que ainda há muitos problemas no que concerne a esse campo. Falta um certo “tato” por parte dos educadores ao levar essas discussões para os espaços escolares, em especial, o chão de sala de aula da educação básica. Isso significa dizer que as sensibilidades docentes e a comunidade escolar com relação à temática em questão não foram simbolicamente elaboradas. Não se pode esquecer, no entanto, que a aplicação de qualquer legislação se aplica a partir de investimento público.

Neste contexto, a proposta do artigo é discutir táticas que podem ser utilizadas em salas de aula no Ensino Médio com o objetivo de contribuir para o letramento racial na escola, a partir

¹ Para maiores detalhes ver: MENEGON, VALDÊNIA GUIMARÃES E SILVA. A política em Caxias. In: Antonia Valtéria Melo Alvarenga; Aridymar Vasconcelos Gayoso; João Batista Vale Júnior; Lucimeire Rodrigues Barbosa; Marinalva Aguiar Teixeira Rocha; Manoel Ricardo Arraes Filho. (Org.). Sinésio Santos: a cidade e os olhos. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2018, v. 1, p. 193-194

da discussão e do debate em torno da ideia de memória e preservação da história de povos não brancos. Ela não é uma unidade, mas identifica representações aos corpos, famílias, histórias, culturas, hábitos, musicalidades, desejos, saberes, dentre outros aspectos para a valorização da cultura afro-brasileira e indígenas. Mas é preciso entender, junto a isso, as dinâmicas da memória que são capazes de selecionar, atualizar e elaborar sensibilidades simbólicas, para isso produzimos exemplos de narrativas que trabalham nessa direção e que podem ser lidas como modelo dessas dinâmicas sem perder de vista o letramento racial.

Para tratar desse assunto, as reflexões tecidas no artigo partiram de um aporte teórico multidisciplinar, ancorado no diálogo entre diferentes saberes, dentre elas: a história, a psicanálise, a linguística e as referências voltadas para o estudo do letramento racial. Esse esforço teórico se justifica pelo fato de o tema aqui abordado merecer um olhar múltiplo que nos permita aprofundar elementos históricos e sociais na tentativa de abordar as questões raciais nas escolas, sobretudo no chão da sala de aula do ensino médio. Esse momento é importante porque os estudantes entram em contato maior com outras perspectivas de mundo e com a pluralidade de visões que compõem a sociedade brasileira, cuja característica principal é a diversidade. Assim, pensamos que o espaço da escola, com destaque ao chão de sala de aula do ensino médio, deve privilegiar as práticas que possibilitam estabelecer diálogos para uma educação emancipadora que só acontece pelo contato e produção de saberes das diferentes realidades regionais misturadas e das diversidades culturais.

Perspectiva do Letramento Racial

Quando se trata sobre Letramento, Neide Almeida (2017) nos orienta que ler e escrever vai além de apenas compreender uma língua e seu funcionamento. O letramento envolve também o entendimento de uma série de comportamentos e dinâmicas que as memórias se estabelecem tanto entre si bem como nas articulações com a leitura e a escrita. Assim, os contextos dessas práticas direcionam nos sujeitos às identificações e sensações de pertencimentos por conta dos efeitos produzidos por aquelas experiências. Logo, entende-se que a autora compreende a língua e suas dinâmicas a partir da identificação e o sentimento de pertencimento dos sujeitos por meio das experiências de leitura e escrita.

No campo da linguística, o Letramento é o momento em que segue a alfabetização. Segundo a professora e escritora Magda Soares (1998, p. 47): “Letramento é o resultado da ação

de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” Desse modo, o letramento seria o resultado ou a consequência do processo de alfabetização. Dentro da modernidade, o modo de apropriação da escrita foi acimentado numa estrutura escolar em que o professor é o dono do saber e o aluno é o seu depositário. Entretanto, aprender a decodificar signos requer mais do que educação bancária, segundo a autora. É uma relação dialética onde a pessoa é, ao mesmo tempo, produtora de realidades e produto de aprendizagem para compreender a linguagem.

Já o Letramento Racial é uma proposta interseccional que visa a conversão de um conjunto de práticas pedagógicas que nos permite vislumbrar outros corpos que participam da memória social e que as relações raciais têm um papel fundamental na forma como atuamos. Muitas vezes, sem o corte racial, o letramento invisibiliza corpos, inclusive, as perspectivas que temos sobre nossa própria vida são resultados do letramento racial.

Aparecida de Jesus Ferreira (1998), nos estudos sobre Letramento Racial Crítico e Teoria Racial Crítica no Brasil², cuja proposta se baseia nos trabalhos de Gloria Ladson-Billings, discute a teoria racial crítica no campo da educação. Ela destacou que a Teoria Racial Crítica “[...] torna-se uma importante ferramenta intelectual e social para a desconstrução, reconstrução e construção: desconstrução das estruturas e discursos opressivos, a reconstrução da agência humana, e construção da equidade e relações de poder socialmente justas.” (1998, p. 9). Aqui, o indivíduo é personagem principal, pois ao narrar as suas próprias experiências, elas podem apresentar uma confirmação ou contra-argumentar acerca do funcionamento da sociedade.

É importante destacar que o Letramento Racial Crítico trabalhado por Aparecida de Jesus Ferreira difere-se nesse sentido; a educação antirracista não é apenas para ser entendida, mas, sim, percebida por meio de ações, de forma pedagógica, contínua, pontual. A consciência racial é justamente reformular nossas práticas/ações diante do que é adquirido sobre o tema. Ao longo do texto, alguns exemplos são demonstrados para melhor compreensão de como o letramento racial pode ser pautado de diferentes formas.

² Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory – CRT3): teoria que muito tem sido utilizada nos Estados Unidos e, recentemente, na Europa, em outros continentes e no Brasil, para discutir estudos críticos de raça e racismo. Na sequência, Gloria Ladson-Billings é conhecida nos Estados Unidos como a pessoa que trouxe para o campo educacional a Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory).

Essa ferramenta abre a possibilidade de agenciamentos como, por exemplo, a biografia de Mahommah G. Baquaqua, única pessoa negra que esteve no Brasil em 1854 e produziu um relato escrito. Ele já tinha passado pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Estados Unidos quando colocou a dolorosa experiência de estar num navio negreiro. Ele entende que essa experiência de sofrimento era da dimensão corpórea. Em seu relato “um nativo Zugu, no interior da África com uma descrição daquela parte do mundo incluindo as maneiras e costumes dos habitantes” diz:

“Ó! A asquerosidade e imundície daquele lugar horrível jamais desaparecerão da minha memória; não, enquanto a minha memória tomar lugar neste cérebro distraído me lembrarei daquilo. O meu coração ainda hoje adoece quando penso naquilo.

Que os indivíduos humanos que são a favor da escravidão somente se permitam tomar o lugar do escravo no porão fétido de um navio negreiro, só por uma viagem da África para a América, e sem falarmos nos horrores da escravidão que vão além disso, se eles não saírem dali como abolicionistas, então, nada mais tenho a declarar a favor da abolição” (2017, p. 35).

Se por um lado, a narração da própria vivência permite identificação e sensação de pertencimento; por outro, a memória também participa desse mecanismo enquanto corpórea, ou seja, na subjetividade. Maurice Halbwachs argumenta que a memória individual é inseparável da memória coletiva, afirmando que “a memória individual não é um estoque de fatos passados, mas uma construção social que se alimenta da memória coletiva” (Halbwachs, 1990, p. 38). Segundo ele, a memória é moldada pelos contextos sociais e pelas representações coletivas presentes em determinado grupo ou sociedade. No caso de Baquaqua, por ter adquirido saberes de letramento racial, foi fundamental para não só dar voz ao tratamento inumano aos seus companheiros do navio negreiro, como também participar do movimento abolicionista fazendo circular seus escritos e memória.

Já Pierre Nora destaca a importância dos lugares de memória na construção do passado, ressaltando que “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e em evolução” (Nora, 1993, p. 18). Ele enfatiza que a memória não se limita à mera reconstituição do passado, mas, sim, a uma seleção e interpretação de elementos que se tornam significativos para um determinado grupo social. No caso do letramento racial de Baquaqua, permitiu selecionar fatos que são importantes e mobilizar certas sensibilidades cognitivas do povo negro.

Por outro lado, Paul Ricoeur aborda a relação entre memória e História a partir de uma perspectiva temporal, afirmando que "a memória é uma reinterpretação do passado em função das expectativas do presente" (Ricoeur, 2000, p. 406). Para ele, a memória é um processo ativo de reconstrução do passado, influenciado pelo contexto histórico presente e pelas narrativas que dão sentido às experiências individuais e coletivas. É nessa perspectiva que Baquaua fornece sentido ao dizer que "se permitam tomar o lugar do escravo no porão fétido de um navio negreiro". Isto significa dizer que os "horrores" da memória coletiva podem ser ressignificados pelo mecanismo da empatia que toma o lugar do outro.

Nesse exercício de aplicabilidade do letramento racial aliado à memória, podemos inferir a concepção para outros autores. A historiadora Aleida Assmann destaca a dimensão cultural da memória, argumentando que "a memória está entrelaçada com a cultura e com a identidade de um grupo" (Assmann, 2006, p. 22). Ela ressalta que a memória é um processo dinâmico que se modifica ao longo do tempo, sendo influenciada por fatores como a transmissão intergeracional, o esquecimento e as disputas de memória.

Jacques Le Goff enfatiza a relação entre memória e esquecimento na construção da História, afirmando que "o esquecimento é um componente fundamental da memória, e a seleção é uma das funções essenciais da memória histórica" (Le Goff, 1996, p. 14). Ele argumenta que a História é uma construção seletiva que envolve a escolha e o esquecimento de determinados eventos e narrativas, refletindo as necessidades e interesses do presente.

Contudo, o letramento racial também exerce um papel crucial na maneira como a memória histórica é construída e transmitida. O conceito de letramento racial, desenvolvido por Annette Henry (2011), engloba a capacidade de compreender e interpretar criticamente a história e a cultura racial. É uma forma de alfabetização que vai além da habilidade de ler e escrever, envolvendo também a compreensão das estruturas de poder e discriminação racial presentes na sociedade contemporânea (Henry, 2011, p. 50).

A ausência de letramento racial pode levar à criação de narrativas históricas distorcidas e excludentes, que silenciam as vozes e experiências das minorias políticas raciais. Como afirmado por Michel-Rolph Trouillot, a história é uma produção social e política suscetível a processos de apagamento e silenciamento (Trouillot, 1995, p. 27). O letramento racial, por sua

vez, possibilita questionar essas narrativas dominantes e dar voz aos grupos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, a construção de uma memória histórica inclusiva e cirúrgica requer o reconhecimento e a problematização das questões raciais. Como destacado por Edward Said, o conhecimento histórico é inerentemente político e deve estar ciente das relações de poder presentes em nossa sociedade (Said, 1994, p. 13). Isso implica em incluir perspectivas e histórias diversas, desafiando as estruturas de dominação e promovendo uma visão mais abrangente do passado.

A Lei 10.636/03 e as Questões Étnico-raciais na Educação

A escola, enquanto núcleo educador, desempenha uma função de suma importância para a categoria de estudantes, no qual a educação é um dos instrumentos utilizados na promoção social e cidadã, na formação do nosso caráter enquanto pessoa e nos ensina o respeito à diversidade étnico-racial. Esse conhecimento não deve ficar restrito somente aos estudantes, mas também para outras pessoas de seu convívio social.

No Brasil, as ações em prol da educação para as relações étnico-raciais estão afirmadas na Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas redes de ensino público ou privado de todo o país. A lei, posteriormente alterada pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, fez um acréscimo e incluiu sobre a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Indígena. Essa legislação destacou o debate sobre a contribuição da população afro-brasileira, africana e indígena na formação do povo brasileiro e resulta das reivindicações dos movimentos negros que há muito tempo lutavam por essa conquista.

Em 2004, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o texto “Diretrizes Curriculares Nacionais” (DCN) de educação para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como um desdobramento da supracitada, ou seja, a lei 10.639 (Brasil, 2004). Entre as providências definidas e especificadas, estão as especificidades a serem observadas na abordagem dessas temáticas:

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. (Brasil, 2004)

O artigo acima, suscita-nos questionamentos sobre que metodologias deverão ser adotadas para o cumprimento da Lei. A efetivação da referida Lei no âmbito dos sistemas de ensino pressupõe promover na sala de aula, a valorização da pluralidade cultural de forma interdisciplinar. Os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de educação artística, de literatura e histórias brasileiras. No presente cenário educacional, o debate e as reflexões sobre a temática de ensino da cultura afro-brasileira vêm ganhando destaque, sobretudo centralizados na necessidade de reorganização do currículo para contemplar os conteúdos relacionados a essa temática. Toda essa discussão está vinculada à noção de letramento racial, já que a mera promulgação da lei não garante por parte dos professores e comunidade escolar, em geral, a aquisição e o desenvolvimento de leituras, escritas e interpretações de texto voltada para questões raciais e de negritude, inclusive à compreensão e ao uso da linguagem de forma eficaz em diferentes contextos e práticas sociais.

Tendo em vista as considerações acima mencionadas, compreende-se que a escola tem a função não só de socializar os conhecimentos produzidos pela humanidade, mas também, de exercer influência na formação de valores e atitudes dos estudantes. Nesse caso, tem-se a necessidade da promoção de práticas docentes antirracistas, comprometidas com o desvelamento das personificações do racismo e das relações sociais baseadas na racialização da corporeidade negra e na naturalização da subalternização negra. Conforme Santos (2001), tratar raça, racismo e etnia no ambiente escolar não significa falar apenas

para pessoas negras. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico válido.

Independentemente da religião ou classe social, as pessoas negras vivenciam a experiência de serem racializadas, enfrentando o sofrimento que surge ao serem percebidas pelos outros na perspectiva estética. No final do século XIX, por exemplo, mesmo a imprensa negra no Brasil passou por processos em que promoviam anúncios de alisamento de cabelo, reforçando os critérios superficiais de discriminação racial. Esses processos de vulnerabilização são recorrentes e resultam na construção de um corpo que é objeto de sofrimento para aqueles que são racializados. O negro constituiu-se a partir de uma experiência coletiva estética de sofrimento, sendo um fenômeno que envolve subjetividades submetidas a esse sofrimento.

Mães e pais, ao terem uma filha(o), muitas vezes torcem para que a criança tenha uma pele mais clara, refletindo a construção inconsciente que persiste e atravessa as subjetividades negras, que são subjetivadas no sofrimento. Esse processo envolve a negação e a resistência em reconhecer-se como objeto. É por isso que, para além do domínio técnico das letras e palavras, o letramento racial também envolve a compreensão dos aspectos culturais, sociais e discursivos relacionados à linguagem escrita. É importante dizer que o letramento abrange tanto as habilidades básicas de alfabetização quanto a capacidade de usar a linguagem de forma crítica e reflexiva desconstruindo esses processos de vulnerabilização e racialização das pessoas.

Embora tenha-se uma legislação própria da educação para as relações étnico-raciais, uma política pública em vigor há 21 anos, ainda há desafios na atuação sobre a temática. A professora e escritora Aparecida de Jesus Ferreira (2014) aponta que é necessário que a discussão sobre letramento racial seja colocada como primordial, principalmente dentro das universidades. Na maior parte, as reflexões feitas são realizadas por um profissional que tem determinado interesse pelo assunto, seja porque participa de algum grupo ou movimento social que aborda o tema, seja por alguma experiência pessoal que o levou a conhecer mais sobre o assunto.

Na realidade, a provocação deveria partir da própria universidade ou instituição educacional, como um todo. Se todas as pessoas educadoras tivessem essa familiaridade e

compreensão da importância dessas reflexões, não precisaria nem mesmo uma disciplina específica dentro dos currículos. Por exemplo, todo e qualquer professor/a, independente do currículo, pertencente ao quadro do ensino superior ou da educação básica, teria como abordar e explicar o tema de uma forma “transdisciplinar”, como ela mesmo coloca.

O debate em torno do letramento racial crítico e suas relações com a aprendizagem e a psicanálise tem sido objeto de estudo por diversos autores que contribuem para a compreensão das complexidades desse tema. A seguir, apresentaremos um debate baseado nas contribuições de cinco autores que abordam essas questões. Vale ressaltar que os campos, embora sejam distintos, produzem clivagens capazes de descolonizar a aprendizagem não apenas no lugar ocupado pelo letramento, mas também na aplicabilidade dos dispositivos jurídicos da qual se trata esse texto.

Frantz Fanon (1952) não fala especificamente sobre letramento racial, mas destaca sua importância como forma de resistência e empoderamento das pessoas negras. Seu lugar de produção intelectual estava atrelado à luta na resistência francesa contra os nazistas de sua época. Ele partiu de uma questão para pensar sobre as identificações: “O que o negro vê quando se vê no espelho?”. Nesse sentido, o lugar da memória oculta o que ela mesmo demonstra. Isso significa que dentro de uma perspectiva do contexto brasileiro, o fato de não existir dispositivos jurídicos que regulassem a inserção dos conhecimentos e aprendizagens negras, acabou validando e fortalecendo o mito da democracia racial. Seu argumento reside numa plataforma em que o conhecimento e a conscientização sobre a própria história e identidade racial são fundamentais para a superação do racismo. Fanon afirma que “o letramento racial permite que os indivíduos negros reivindiquem sua humanidade e se afirmem no mundo” e assim enfraqueça o mito da democracia racial (Fanon, 1952). Desta maneira, o letramento racial embasado pelos dispositivos jurídicos cria resistências contra o espelhamento mnêmico de embranquecimento do negro.

Para além de Fanon, no campo da antropologia, o letramento não somente produziu resistências, mas também combate ao racismo. Embora seja de produção estadunidense, France Winddance Twine foi a primeira a publicar uma etnografia sobre o racismo cotidiano no Brasil rural após o fim da ditadura militar. Ela é uma antropóloga afro-americana que desenvolveu o conceito de “letramento racial”, para buscar responder individualmente às

tensões raciais e reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista. Inserida no campo dos estudos das desigualdades raciais e étnicas, Twine analisou as interseções das desigualdades raciais, de gênero e de classe em ambos os lados do Atlântico³. Assim, ela entendeu que o letramento racial tem como “[...] processos sociais micro culturais em que as hierarquias raciais são negociadas” (Twine, 2004, p. 881, tradução nossa). Isso significa dizer que os indivíduos munidos de letramento racial são capazes não só de constatar os racismos, mas também entender seus efeitos estruturais sobre suas experiências e representações.

Essas constatações e entendimentos são complementados por respostas coletivas, como a lei de cotas e outras políticas públicas. Elas se baseiam em cinco fundamentos que, segundo Silva (2021) são enumerados no que seguem: O primeiro é o reconhecimento dos privilégios conferidos pela condição de ser branco. O segundo é compreender que o racismo é um problema atual e não apenas um legado histórico, pois continua sendo legitimado e reproduzido diariamente. O terceiro é entender que as identidades raciais são construídas através de práticas sociais. O quarto é adotar uma gramática e um vocabulário racial. E o quinto é ter a capacidade de interpretar os códigos e práticas "racializadas" (Silva, 2021). Nesse sentido, tanto o letramento racial serve de resistências como também de combate e, assim, seus efeitos se desdobram nestes cinco fundamentos.

Mas e com relação ao campo educacional? Como o letramento racial contribui para uma educação libertadora? É com Achille Mbembe (2019) que o letramento racial é colocado em perspectiva. Ele não toca no cerne da questão, mas o campo educacional é colocado a partir de uma perspectiva pós-colonial. Ele destacou que o racismo estrutural está enraizado nas estruturas políticas e sociais que perpetuam a supremacia branca. Mbembe argumentou que a educação pode ser apropriada para uma maneira de reimaginar e reconstruir narrativas emancipatórias dos negros (Mbembe, 2019). Não se trata de dispensar o conhecimento europeu, mas se trata de uma confrontação. Achille Mbembe vai se distanciar criticamente dos autores anteriores, mas ele não pode pensar o que ele pensou fora desse diálogo do letramento racial.

³ Suas publicações principais incluem *Outsourcing the Womb: Race, Class and Gestational Surrogacy in a Global Market* (2015), *Geographies of Privilege* (2013) e *Girls With Guns: Firearms, Feminism and Militarism* (2012).

Em seu livro “A Crítica da Razão Negra”, ele retomou o que está presente na obra do filósofo Immanuel Kant, que é a ideia de crítica como fundamentação. Existe uma razão negra não para o letramento racial, mas para desmontar uma figura mítica negra que está ligada justamente ao corpo, ao erotismo, à dança etc. Todos esses domínios parecem não constituir algo que não diz respeito à razão. A nossa filosofia ocidental é marcada pela separação entre o corpo, as sensações e as percepções sensíveis no trabalho da razão, por isso a educação tem que partir de um avesso desse sistema.

Se continuarmos no campo educacional, podemos ver que a escola tem um papel preponderante, não apenas de transmitir conhecimentos, mas também de influenciar valores e atitudes, destacando a necessidade de práticas docentes antirracistas. Elas desmistificam o racismo e as relações sociais baseadas na racialização e subordinação da corporeidade negra, rompendo com a predominância do conhecimento eurocêntrico nos currículos escolares. Assim, o (de)uso de linguagem dentro da escola pode contribuir nas práticas docentes antirracistas. Por exemplo, o conceito de “pretoguês”, criado por Lélia Gonzalez (1983, 1984, 1988) nos fornece mais subsídios didáticos para entender como no chão da sala de aula pode se apresentar questões raciais no próprio modo de falar com os alunos. A africanização do português falado no Brasil é uma forma de resistência contra o plano de branqueamento da língua imposta pelo colonizador. No entanto, essa mescla linguística também pode resultar em discriminação racial e linguística, levando ao apagamento de vozes. Um exemplo disso é o uso de termos como “framengo”, influência africana, que é rotulado como incorreto pela norma linguística dominante, gerando segregação para aqueles que utilizam essa forma de língua e desconsiderando a influência africana presente em nosso idioma. (Gonzalez, 1983, 1984, 1988)

Ainda no campo educacional, Nilma Lino Gomes (2017) destaca a importância do letramento racial na formação de professores e na prática pedagógica. Para ela, é necessário promover uma educação antirracista que valorize a diversidade e combata o preconceito racial. Ela afirma que “o letramento racial na formação de professores contribui para a desconstrução de estereótipos e para a promoção de práticas educativas mais inclusivas e igualitárias” (Gomes, 2017, p. 30)

A construção da identidade de uma criança ou de um jovem, depende das relações que eles mantêm ao longo das gerações e dos grupos aos quais ela está vinculada. Seja no círculo familiar ou fora dele. Quando essas relações não se estabelecem de forma afetuosa e respeitosa, a criança ou o jovem tende a projetar uma ideia negativa sobre si mesmo. Desta forma, as obras de Nilma Lino Gomes tratam de tais questões de uma maneira muito sensível, a partir das relações entre os personagens de suas histórias e os objetos de seus estudos.

Por fim e no campo da subjetividade, Beatriz Nascimento (2021), historiadora e psicanalista, entende que dinâmicas sociais afetam a formação da identidade racial de um indivíduo e influenciam sua experiência subjetiva, isto é, suas emoções. O letramento racial vai além da mera aquisição de conhecimentos sobre questões raciais. Ela argumenta que envolve um processo de conscientização e compreensão das representações simbólicas e das fantasias raciais que estão presentes no inconsciente coletivo. Isso significa que nossas percepções, atitudes e comportamentos em relação à raça são influenciados por elementos simbólicos e fantasias inconscientes que podem ser internalizados ao longo da socialização e da história pessoal.

Neste debate, os autores apresentam diferentes perspectivas sobre o letramento racial, destacando sua importância na luta contra o racismo, na formação de identidade e na construção de práticas educativas mais inclusivas. As contribuições da psicanálise são exploradas como forma de compreender as dimensões inconscientes e simbólicas relacionadas à questão racial. O debate buscou promover reflexões e ações para promover um letramento racial crítico, emancipatório e transformador. A seguir, explicaremos três diferentes modelos de narrativas historiográficas e um relato de experiência, que servem como referências ao trabalharmos a perspectiva do Letramento Racial na educação escolar. Lembrando que, todos os aspectos abordados devem ser adaptados conforme a realidade de cada espaço e público.

Articulação entre Memória e Letramento Racial

A implementação de passos para uma educação antirracista é um elemento fundamental no combate ao racismo estrutural, à medida em que contribui para transformar não apenas cosmo percepções e modos de pensar, mas para romper paradigmas coloniais de subalternidade intelectual, produtiva e criativa de povos historicamente dominados.

Podemos trabalhar com imagens e narrativas, pinturas, rodas de conversas e uma gama de instrumentos pedagógicos a fim de elaborar as questões antirracista via letramento racial. Entretanto, por conta do espaço de publicação, neste texto, apresentaremos algumas narrativas de memória que possibilitam, a cargo da criação do professor, diferentes formas de prática pedagógica.

A intencionalidade dos exemplos que ilustram a aplicação do conceito de memória em conjunto com o letramento racial ajuda na elaboração de uma ferramenta de narrativas. Essa abordagem visa promover uma compreensão mais profunda da história e das experiências raciais, fortalecendo a consciência e o engajamento com a temática racial. Ao conectar a memória às práticas de letramento racial, é possível explorar narrativas, relatos e testemunhos que contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Vamos a primeira:

Chico Rei era um africano que foi capturado em sua terra natal e vendido como escravo para o Brasil durante o período colonial. Ele foi levado para a região de Vila Rica, em Minas Gerais, onde trabalhou nas minas de ouro. Apesar de sua condição de escravo, Chico Rei manteve a chama da esperança e a determinação de lutar por sua liberdade. Ele era conhecido por sua inteligência e habilidade como ferreiro. Com o tempo, Chico Rei conseguiu poupar dinheiro e, junto com outros escravos, começou a juntar ouro.

Usando seu conhecimento em metalurgia, Chico Rei fundiu o ouro e criou um molde para fazer uma coroa. Com a coroa pronta, ele a escondeu e passou a liderar uma comunidade de pessoas negras escravizadas que trabalhavam nas minas. Essa comunidade, conhecida como Quilombo do Ambrósio, tornou-se um refúgio para os africanos e afrodescendentes em busca de liberdade.

Chico Rei liderava o Quilombo do Ambrósio com sabedoria e estratégia, buscando preservar a cultura africana e promover a resistência contra a opressão. Ele se tornou um símbolo de esperança e inspiração para muitos.

A história de Chico Rei destaca a resiliência e a coragem dos afrodescendentes no Brasil colonial, mostrando como eles resistiam à escravidão e encontravam formas de se organizar e lutar por sua liberdade. Essa narrativa educativa pode ajudar a promover a consciência racial e a valorização da cultura e contribuições dos negros na construção do

país. Além disso, ela ressalta a importância de valorizar a diversidade e combater o racismo, fortalecendo a ideia de que todos merecem igualdade, respeito e liberdade.

No segundo exemplo e sua aplicabilidade à seguir, fizemos uma construção de memória atrelada a questão da religião e tendo viés no letramento racial. A articulação entre memória e letramento racial possui diversas aplicabilidades em termos de educação, conscientização e engajamento com a temática racial. Ao resgatar e valorizar narrativas marginalizadas, podemos ampliar a compreensão da diversidade de experiências raciais e promover uma visão mais inclusiva da história e cultura. Além disso, a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais é possibilitada através do letramento racial, permitindo questionar visões limitadas e promovendo uma perspectiva mais justa fora dos valores da branquitude.

A articulação entre memória e letramento racial fortalece a identidade e autoestima de grupos marginalizados, ao oferecer narrativas positivas, empoderadoras e potencializadoras. Essa abordagem também estimula o diálogo e a conscientização racial, criando espaços de reflexão crítica sobre desigualdades e estruturas sociais. Por fim, essa combinação enriquece a educação, tornando-a mais inclusiva e representativa, capacitando os alunos a compreenderem e valorizar a diversidade racial. A articulação entre memória e letramento racial produz, no caso abaixo, uma perspectiva de tolerância religiosa combate, portanto, o racismo religioso.

No início do século XIX, durante o período da escravidão no Brasil, nasceu uma figura lendária conhecida como “Mãe Menininha do Gantois”. Ela se tornou uma das mais respeitadas e influentes líderes religiosas no culto do candomblé, uma religião de matriz africana. Mãe Menininha⁴ nasceu em uma fazenda na Bahia e foi escravizada. Desde jovem, ela demonstrou um talento excepcional para a música e o batuque, ritmo característico dos terreiros de candomblé, umbanda, terecô. Ela aprendeu sobre a religião e as tradições africanas dos mais velhos e, eventualmente, tornou-se uma sacerdotisa.

Ao longo de sua vida, Mãe Menininha se dedicou a preservar a cultura africana e a promover a educação racial por meio da religião. Ela valorizava o poder da música e do

⁴ Para saber mais: AMADO, Jorge. Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios. Desenhos de Carlos Bastos. 27ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1977. ECHEVERRIA, Regina e Nóbrega, Cida. Mãe Menininha do Gantois: uma biografia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

batuque como uma forma de resistência e expressão cultural. Mãe Menininha foi uma das pioneiras na criação de um espaço sagrado no Terreiro do Gantois, onde as tradições afro-brasileiras eram mantidas vivas e ensinadas às gerações futuras.

Ela acreditava que, por meio da música, dança e rituais religiosos, era possível reafirmar a identidade e valor dos negros, fortalecendo sua autoestima e lutando contra a opressão. Mãe Menininha inspirou muitas pessoas a se reconectarem com suas raízes africanas, rejeitando a ideia de inferioridade racial e reivindicando seu lugar de destaque na sociedade.

A história de Mãe Menininha do Gantois destaca a importância da música, do batuque e da religião como elementos fundamentais na preservação da cultura africana e na educação racial. Ela ressalta a capacidade dessas expressões artísticas e espirituais de transmitir conhecimento, promover a identidade e resistir à opressão, contribuindo para o fortalecimento da comunidade negra e a valorização de sua herança cultural.

Além das biografias de mulheres que desempenharam papéis fundamentais nas comunidades, é possível também explorar sobre memória através de outras associações. A retomada sobre o início da nossa história, também, é um dos caminhos. Saber, por exemplo, que os povos africanos já haviam construído uma longa história antes do contato com o europeu. É relevante saber como se inicia a relação Brasil e África, quais povos são trazidos do continente africano, além de detalhar de forma mais atenciosa os aspectos geográficos dessa relação. Esses são passos relevantes para a construção da nossa própria identidade. Do mesmo modo, é importante compreender que com o processo de colonização, como já nos alertava Beatriz Nascimento (2021), não foram sequestrados apenas corpos negros/pretos, mas, também, conhecimentos, ritmos, medicina, práticas religiosas, estética e tecnologias ancestrais.

Explorar o uso da literatura protagonizada e/ou produzida por pessoas negras nas escolas, trabalhar a localização territorial de forma mais atenciosa ao continente africano. Em uma das últimas atividades realizadas pelo Instituto Valdenia Menegon (IVM) – instituto educacional maranhense voltado para as questões da pluralidade, saberes ancestrais e educação antirracista – foi explorado o uso do mapa-múndi como material didático para explanação sobre as características desconhecidas de África por alunos e alunas de Ensino

Médio e, também, foi apresentado a história por trás das bonecas Abayomis, que são referências de África⁵. É necessário que os estudantes tenham noção de que nossa história não inicia e nem termina com a escravidão.

Às vezes, ao subestimar os níveis de aprendizado dos alunos e alunas, achando que temas como esses são complexos e polêmicos, acaba-se distanciando ainda mais a possibilidade de compreensão sobre si mesmo. Para abordar sobre memória e questões raciais nas escolas não é possível apenas com materiais didáticos “mirabolantes” ou datas específicas sobre determinado tema. Falar sobre a população negra para um público que é majoritariamente, negro/preto, é falar sobre seu cotidiano, sobre as relações que eles travam fora da escola. É orientá-los a pensar mais sobre o que está ao seu redor – em seu círculo.

Outro aspecto possível, é estimular a curiosidade sobre o lugar de origem, qual o espaço geográfico que ele ocupa. Quem é seu círculo familiar e quais os papéis que cada familiar desempenha. Através de perguntas como: “O que levou os seus descendentes a estarem aqui nesta cidade/estado/país?”. Como chegaram aqui? A partir desses questionamentos, estimularemos a percepção crítica de cada um de nossos estudantes.

No contexto da educação básica, algumas das sugestões acima foram trabalhadas nas chamadas Eletivas de Base - componente curricular do novo Ensino Médio em uma escola pública no interior do Maranhão. A partir das eletivas de bases, que são componentes curriculares que compõem a parte diversificada do currículo do Novo Ensino Médio, a professora Lígia Alves teve autonomia para explorar diferentes temáticas, mas que se relacionavam com seu componente curricular da chamada Formação Geral Básica, no caso, o Inglês.

Através das Eletivas, foi possível construir um processo de Letramento Racial entre os estudantes. Uma das eletivas ministradas teve como título “Letramento racial: meus passos vêm de longe”. A disciplina teve como finalidade contribuir com o acesso às informações sobre a temática e proporcionar a eles um conhecimento mais detalhado em relação a esse tema, que muitas vezes é tratado e trabalhado de maneira muito superficial, esse trabalho também visa proporcionar a cada educando o conhecimento de que o racismo pode ocorrer

⁵ Disponível em: <https://institutovaldeniamenegon.com/>. Acessado em 30/05/2023

em diversas esferas sociais e de diferentes formas, seja ela por cor, religião, origem, pela idade ou até mesmo por alguma deficiência, tanto física quanto intelectual.

Entre as reflexões feitas, muitas delas foram relacionadas com o aspecto da memória, aspecto imprescindível ao tratar a educação para as relações étnico-raciais. Alguns temas abordados foram: a história dos povos egípcios (reinos africanos, entre outras curiosidades); diversidade étnica e cultural do povo brasileiro; conceitos como raça, racismo e etnia; os conceitos de patrimônio cultural, oralidade e memória; as manifestações religiosas e tradições de origens afro-brasileiras; produção de árvore genealógica de suas famílias; biografias de referências negras brasileiras e estrangeiras importantes para as conquistas dos povos negros.

O trabalho com o letramento racial no espaço escolar parece algo distante, mas não é. Para trabalhar com letramento racial, é preciso agir em torno de questões pontuais, mas que precisam ter ações. Seja através da literatura - escrita ou protagonizada por pessoas negras, de forma positiva e não apenas pela perspectiva de violências geradas pelo racismo; discutir nomenclaturas que gerem dúvidas; abordar o tema de uma forma que não constrange ou minimize as pessoas negras daquele espaço.

Portanto, para envolver esses aspectos de que as narrativas africanas não são apenas a escravidão, terminamos com um exemplo a seguir sobre batuques africanos. Eles foram muito utilizados tanto no Brasil como em Angola. Chinua Achebe (2009), no livro “O Mundo se Despedaça”, usou esse elemento em seu romance contra a discriminação racial conforme relato abaixo:

Enquanto ele caminhava por uma rua no bairro da Tijuca, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, Brasil, deparou-se com um cartaz que instantaneamente atraiu a atenção dele. Fixado nas pilastras de sustentação de um viaduto, ao lado de vários outros que divulgavam eventos nos subúrbios cariocas, estava o anúncio de uma festa. Prometia-se uma noite inteira de cerveja, ao som dos DJs que se revezariam nas picapes enquanto as pessoas dançassem. Embora essas promessas fossem sempre interessantes, não foi isso que capturou totalmente os olhos dele. Antes de tudo, o que mais me instigou foi o nome da equipe responsável por organizar aquela versão contemporânea das festas de Baco: “Esse batuque é funk”.

Ao som dos tambores africanos no Brasil durante o período da escravidão, o termo "bataque" carrega consigo uma carga histórica significativa. Essa palavra tem sido utilizada para descrever uma variedade de práticas culturais e expressões artísticas ao longo dos séculos.

No século XVII, o padre capuchinho João António Cavazzi de Montecuccolo usou o termo "bataque" para descrever os hábitos e costumes dos reinos do Congo, Angola e Matamba. Nessa época, o bataque referia-se principalmente às danças e rituais realizados nessas regiões africanas, frequentemente acompanhados pelo som dos tambores.

No século XIX, o termo "bataque" tornou-se mais difundido e passou a ser utilizado no Brasil para descrever as danças realizadas pelos africanos, especialmente durante as festas religiosas e celebrações culturais. Nessas ocasiões, os tambores desempenhavam um papel central, proporcionando ritmo, alegria e energia às danças.

A apropriação do termo "bataque" pela equipe de som responsável pela promoção de festas no subúrbio carioca revela uma característica duradoura da palavra: sua capacidade de definir algo que é nomeado e unificar seu uso ao longo do tempo. Essa longevidade persiste porque ainda permite estabelecer uma associação com algo que é descrito como "som de preto / de favelado / mas quando toca / ninguém fica parado". No entanto, a sobrevivência da palavra no século XXI não esconde sua incapacidade de trazer clareza para aquilo que se pretende designar.

"Aquele bataque" não é qualquer um; é o bataque do funk, o da música eletrônica carioca nascida nas favelas. Os organizadores de eventos urbanos no Rio de Janeiro perceberam a necessidade de uma segunda definição agregadora de esclarecimento ao termo "esse bataque", a fim explicarem com maior objetividade. Essa adição de uma nova definição buscou proporcionar uma explicação mais precisa e específica do estilo musical e cultural que será apresentado na festa.

Ao mencionar "Esse bataque é funk" como o nome da equipe responsável pela festa contemporânea, o cartaz parece estabelecer uma conexão entre a tradição do bataque africano e o gênero musical brasileiro conhecido como funk. Essa fusão de elementos culturais distintos pode sugerir uma abordagem inovadora e criativa na organização da festa, buscando celebrar tanto a herança africana quanto a cultura urbana brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, é um passo essencial, mas é preciso ir além. É fundamental valorizar a presença e a cultura não branca tanto no corpo docente quanto no discente, bem como, repensar os currículos escolares eurocêntricos. Nesse contexto, a proposta do artigo é discutir táticas específicas para promover o letramento racial na sala de aula do Ensino Médio, por meio da compreensão da ideia de memória. Reconhecendo a multiplicidade de saberes necessários para abordar questões raciais, o texto se apoia em uma abordagem teórica multidisciplinar que inclui a história, a psicanálise, a linguística e estudos sobre letramento racial.

Destaca-se a importância de desenvolver sensibilidades simbólicas nos educadores e na comunidade escolar, a fim de promover uma educação emancipadora que valorize a diversidade cultural e promova o diálogo entre diferentes perspectivas de mundo. O letramento, segundo Neide Almeida, vai além da compreensão da língua e envolve também a compreensão de comportamentos e dinâmicas que se estabelecem por meio da leitura e escrita, influenciando a identificação e o sentimento de pertencimento dos sujeitos.

A falta desse letramento pode resultar em narrativas históricas distorcidas e excludentes, que silenciam as vozes e experiências das minorias raciais. Portanto, é fundamental incluir perspectivas diversas e desafiar as estruturas de dominação para construir uma memória histórica inclusiva e precisa.

No Brasil, a Lei 10.639/03 representa um avanço no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e posteriormente a Lei 11.645/08 incluiu também a história e cultura indígena. Essas leis exigem a abordagem desses conteúdos em todo o currículo escolar. No entanto, a efetivação dessas leis requer mais do que sua mera promulgação. É necessário promover práticas docentes antirracistas, desvelando as manifestações do racismo e trabalhando pela desnaturalização da subalternização negra.

Os exemplos históricos apresentados demonstraram a aplicação do conceito de memória em conjunto com o letramento racial e o cumprimento das leis. A intenção dessas narrativas é promover uma compreensão mais profunda da história e das experiências raciais, fortalecendo a consciência e o engajamento com a temática racial. Ao conectar a

memória às práticas de letramento racial, é possível explorar narrativas, relatos e testemunhos que contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Essas narrativas históricas podem ser trabalhadas em sala de aula para promover o letramento racial, a consciência histórica e a valorização da diversidade racial. Além disso, ao resgatar e valorizar narrativas marginalizadas, é possível ampliar a compreensão da diversidade de experiências raciais e promover uma visão mais inclusiva da história e cultura.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. Tradução de Vera Queiroz da Costa e Silva. Introdução e glossário de Alberto da Costa e Silva. São Paulo: TAG/Companhia das Letras, 2009.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**, um Nativo de ZOOGOO, no interior da África. São Paulo, Editora Uirapuru, 2017 [1854].
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em 30 de maio de 2023.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1952.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico**: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. Revista da ABPN. v. 6, n. 14 • jul. – out. 2014, p. 236-263. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **Além do preconceito racial**: a educação antirracista como caminho para a equidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, estamos aí**. Mulherio, 2(5), p. 3. 1982.
- GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. Ciências Sociais Hoje, 2, 223-244. 1983.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, 92/93, 69-82. 1988. <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HENRY, Annette. **Literacy and Racial Justice**: The Politics of Learning after Brown v. Board of Education. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, v. 38, p. 34-47, 2019.

MENEGON, Valdenia. **Pensar o letramento racial como caminho para a escola antirracista**. Instituto Valdenia Menegon (site). Caxias-MA, 28 de março de 2023. Disponível em: <https://institutovaldeniamenegon.com/pensar-o-letramento-racial-como-caminho-para-uma-escola-antirracista/>. Acesso em 30/05/2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2021 p. 35.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SAID, Edward W. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SANTOS, I. A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-113.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Boletim**, Universidade Federal de Minas, n. 2081, ano 46, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2081/educacao-e-l....> Acesso em: 8 nov. 2021.

SOARES, Magda Becker, (1998). **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**: Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

TWINE, F. w. A white side of black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, n. 6, p. 878-907, 2004.

Recebido em: Maio/2023.

Aprovado em: Dezembro/2023.